

A conturbada relação entre o governo brasileiro e a luta contra o HIV/AIDS

Resenha da obra:

CUETO, Marcos; LOPES, Gabriel. Uma História Global e Brasileira da Aids, 1986-2021. SciELO-Editora FIOCRUZ, 2023.

 /tempoeargumento

 @tempoeargumento

 @tempoeargumento


 Lucas Carvalho

Universidade Federal de Pernambuco
Recife, PE – BRASIL

lattes.cnpq.br/8689667994881007

lucasjbcarvalho@gmail.com

 orcid.org/0000-0002-0104-5556

 <http://dx.doi.org/10.5965/2175180317462025e0401>

Recebido: 23/08/2024

Aprovado: 10/12/2025



A conturbada relação entre o governo brasileiro e a luta contra o HIV/AIDS

Resenha da obra:

CUETO, Marcos; LOPES, Gabriel. Uma História Global e Brasileira da Aids, 1986-2021. SciELO-Editora FIOCRUZ, 2023.

Desde a identificação de seus primeiros casos na década de 1980, o combate à AIDS se construiu de forma bastante particular pelo mundo. Mais do que apenas uma doença, ativistas reclamam um “excepcionalismo” inerente em sua relação direta com comunidades socialmente excluídas, como

minorias sexuais, e da necessidade de uma coordenação global que diminuísse a desigualdade no acesso à informação, prevenção e tratamento entre nações ricas e pobres.

Realizado pelos historiadores Marcos Cueto e Gabriel Lopes, o livro “*Uma História Global e Brasileira da Aids (1986-2021)*” busca destrinchar e analisar o papel do Brasil neste debate. Seguindo a construção de um programa nacional pioneiro e bem-sucedido, que o tornou um exemplo global do combate à doença, a política externa brasileira ocupou entre as décadas de 1990 e 2000 um papel de destaque nas discussões sobre AIDS: liderando iniciativas, promovendo diretivas de tratamento e servindo de apoio para o restante do Sul Global. Não obstante, à época do *impeachment* de Dilma Rousseff, anos de retração da postura brasileira finalmente relegaram o país a um lugar passivo neste debate, tendência que continuaria a se aprofundar até o ano de 2021, ponto final da linha temporal explorada na obra.

Engajados em uma historiografia do tempo presente, Cueto e Lopes desmistificam algumas noções usuais sobre o desenrolar do crescimento e posterior encolhimento brasileiro nas políticas de AIDS. Por um lado, mostrando que a construção de seu protagonismo nem sempre teve apoio majoritário do governo brasileiro. Em especial, nos anos iniciais e de maior incerteza sobre a doença, organizações da sociedade civil preencheram um vácuo deixado pela inação do governo federal – pressionando-o constantemente para a construção de um programa nacional coordenado e inovador. Por outro, mesmo quando esse apoio nominal da Presidência se consolidou, ainda era filtrado pelas ambições e posturas políticas de Ministros da Saúde, das Relações Exteriores e gestores do Programa Nacional de AIDS.

Essas dinâmicas complexas de tensionamento entre diferentes agentes mostram que o Brasil, mesmo em seus anos de maior destaque internacional no tema, não deve ser encarado como um ator unitário. O processo de coleta e análise de fontes diversas pelos autores é direcionado por essa noção: acessando uma gama extensa de arquivos e acervos, muitos deles ainda não digitalizados, Cueto e Lopes mostram que a ascensão e queda brasileira no combate à AIDS não é tão linear como normalmente se vê em trabalhos da História e Ciências Sociais.

O material coletado, então, dá origem a um estudo de caso que se desenvolve ao longo dos três capítulos principais da obra: referentes ao nascimento, auge e declínio do posicionamento doméstico e externo do Brasil em relação à AIDS, respectivamente. Os títulos de cada capítulo ilustram essa divisão: *“Entrelaçando Ciência e Direitos Humanos: aids, ativismo e doadores internacionais no Brasil, 1987-1996”*, *“Globalizando a Saúde Brasileira e Abrasileirando a Saúde Global, 1996-2007”* e *“O Fim do Excepcionalismo da Aids no Brasil, 2007-2019”*.

O primeiro destes se inicia no processo de transição democrática brasileira. José Sarney, primeiro presidente civil do período, investiu largamente em programas sociais como forma de buscar legitimidade na população. Neste contexto, porém, é a sociedade civil que lidera o combate à AIDS, ainda tratada como uma ameaça estrangeira pelo governo federal. Junto do Novo Movimento

Sanitarista, Organizações Não-Governamentais (ONGs) pioneiras como o Grupo Pela Vida (GPV) e a Associação Brasileira Interdisciplinar de AIDS (ABIA) organizaram campanhas de conscientização e apoio a pessoas que viviam com a doença, além de pressionarem para criação dos primeiros programas estaduais contra a AIDS. Ademais, o apoio de instituições estrangeiras, como a Ford Foundation, foi essencial na manutenção e crescimento dessas ONGs, que contavam com poucos recursos próprios e membros pouco profissionalizados.

A instituição do Programa Nacional de AIDS do Ministério da Saúde permitiu o desenvolvimento de respostas mais coordenadas, mas a dinâmica entre ONGs e gestores públicos continuou marcada por tensões. Essa relação se harmonizou com o tempo e continuou a se desenvolver ao longo dos governos seguintes, de Fernando Collor, Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso.

Nestas gestões, o Programa Nacional de AIDS se solidifica e recebe as primeiras mostras de reconhecimento internacional ao seu sucesso. O capítulo encerra, porém, mostrando que a guinada na imagem brasileira dependeu de um conjunto de atores e fatores contextuais específicos; em especial, a postura ativa do Ministro da Saúde de Fernando Henrique Cardoso, José Serra, companheiro de partido e seu possível sucessor na Presidência.

Em *“Globalizando a Saúde Brasileira e Abrasileirando a Saúde Global, 1996-2007”*, os autores continuam sua análise do caso brasileiro, agora mostrando mais claramente como o estabelecimento bem-sucedido de políticas nacionais permitiu a construção de uma influência crescente no cenário internacional. Outro ponto central foi o descobrimento de antirretrovirais contra o HIV, primeiro tratamento a realisticamente permitir que pacientes vivessem períodos longos após desenvolverem a AIDS.

Tanto Serra quanto os Ministros que o sucederam nos dois primeiros governos de Lula, atuaram de forma coordenada para obtenção e distribuição dos antirretrovirais no Brasil, defendendo sua ampla utilização em diversas arenas internacionais. Esta tendência está ligada à estratégia de “Tratamento como Prevenção”, defendida amplamente por países do Sul Global: em suas diretivas, estava posta a necessidade urgente de farmacêuticas disponibilizarem os medicamentos de forma mais acessível para países de renda média e baixa que,

com a exceção notável do Brasil, tinham coberturas ínfimas de acesso aos antirretrovirais.

Duas estratégias foram empregadas pelo governo brasileiro no período: defender uma política de preços diferenciados entre nações ricas e pobres, e o uso do licenciamento compulsório para produção de medicamentos genéricos. O instrumento de licenciamento compulsório tinha sido instituído na formação da Organização Mundial do Comércio (OMC), mas era encarado de forma negativa pelas farmacêuticas e pelos governos dos Estados Unidos e de países europeus.

A partir dessas estratégias, o Brasil conseguiu simultaneamente a manutenção de seu Programa Nacional e uma ascensão enquanto líder global de uma perspectiva integrada do combate à AIDS com a promoção de Direitos Humanos. Simultaneamente, porém, o contexto econômico e político global passava a se tornar menos receptivo a essa abordagem: consolidava-se a ideia de “Prevenção como Tratamento” por parte de nações ricas, céticas dos objetivos de distribuição universal de antirretrovirais - especialmente em países com sistemas de saúde deficitários e com poucos recursos para manutenção do tratamento e acompanhamento de pacientes.

O terceiro capítulo “*O Fim do Excepcionalismo da Aids no Brasil, 2007-2019*” continua a discussão, mostrando como a influência de atores globais menos favoráveis à AIDS e forças políticas conservadoras minaram iniciativas brasileiras e o espaço conquistado pelo combate à AIDS em sua política externa. Movimento este iniciado no fim do segundo governo de Lula, mas intensificado após o *impeachment* de Dilma Rousseff, em 2016.

Ainda que o Brasil tenha sido pioneiro em campanhas anti-homofobia ligadas ao combate da AIDS, o preconceito contra minorias sexuais nunca deixou de ter força política relevante no Brasil. Com a intensificação do discurso de líderes religiosos conservadores, o governo de Dilma Rousseff precisou equilibrar objetivos progressistas ligados ao histórico brasileiro com pressões do Congresso Nacional. Essa conjuntura fez coexistirem programas pioneiros de distribuição de medicamentos de Profilaxia Pré-Exposição (PREP) e Profilaxia Pós-Exposição (PEP), com o desmonte de políticas anti-homofobia, como o caso do “kit gay” - material

de conscientização elaborado pelo Ministério da Educação, que não chegou a ser distribuído.

Essa tendência se consolidou nos dois governos seguintes, de Michel Temer e Jair Bolsonaro. Com Temer e a instituição do Teto dos Gastos Públicos, através de uma emenda constitucional, a saúde brasileira viu seus recursos diminuídos sensivelmente, enquanto posturas históricas no cenário internacional eram minimizadas pelos novos Ministros da Saúde, menos ligados ao histórico brasileiro de integração da AIDS com Direitos Humanos.

O governo de Jair Bolsonaro, em especial, serve como ponto de inflexão dos autores para o novo paradigma brasileiro em AIDS. Ainda que gestores estaduais, municipais e do Ministério da Saúde mantivessem certa independência para continuar seus serviços, seu governo promoveu uma nova visão sobre a doença e sobre a necessidade de campanhas de sexo seguro e conscientização, preteridas em favor de campanhas por abstinência e fidelidade. Não obstante, o Conselho Nacional de Combate à discriminação LGBT foi desmontado, e o espaço da AIDS no Ministério da Saúde diminuído.

O horizonte temporal base do livro se encerra nesse ponto, com o Epílogo da obra trazendo mais questionamentos sobre como a mudança de postura brasileira em relação à AIDS também influenciou a estratégia do país contra o COVID-19, e como o terceiro governo de Lula pode reverter algumas das decisões tomadas na última década.

A tese principal do livro, no entanto, já nos adianta que, mesmo que este novo governo repita todas as ações tomadas na década de 2000, os resultados ainda seriam vastamente diferentes. Mais do que o projeto de um político ou governo específico, Cueto e Lopes argumentam que a ascensão brasileira em Saúde Global e AIDS foi resultado de uma interação complexa entre atores da sociedade civil, da arena internacional e do governo brasileiro. Com o distanciamento temporal que já existe dos primeiros anos analisados, é possível ver que figuras centrais do livro, como o sociólogo e ativista Betinho e Ladir Guerra, primeira diretora do Programa Nacional de AIDS, não são responsáveis únicos pela postura que o Brasil tomaria nas décadas que os seguiram, mas parte de uma

A conturbada relação entre o governo brasileiro e a luta contra o HIV/AIDS
Lucas Carvalho

rede de agentes e fatores contextuais que permitiram, primeiro, um crescimento acelerado da relevância brasileira e, depois, sua retração.

A obra estabelece sua importância não só neste esforço de mostrar nuances do processo analisado, mas também recapitula a evolução teórica e conceitual do debate existente sobre AIDS. Minorias sexuais, por exemplo, são tratadas hoje em termos muito mais amplos que na década de 1980, quando os programas e debates sobre AIDS falavam majoritariamente em homens gays. Novos desdobramentos no contexto político doméstico e demandas internacionais devem adicionar ao histórico brasileiro de combate à AIDS e à relevância de sua atuação em nível global.